



PANORAMA DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC NA AMAZÔNIA LEGAL*

André Fernandes da Silva¹, Fernanda Neves Ferreira², Felipe Coelho de Oliveira³, Karen Cristine Castelo Sá⁴, Paulo Tavares Amador⁵, Rafaela Diniz Amador⁶, João Victor Guedes Dias⁷, Eline Maria Loureiro⁸, Guilherme da Costa Ferreira⁹

Universidade do Estado do Amapá^{*1,2,3,4,5,6}

Faculdade Anhanguera de Macapá⁷

Universidade Federal do Estado do Amapá⁸

Faculdade Estácio de Sá de Macapá⁹

* fernandesandre753@gmail.com

RESUMO

O comércio de produtos florestais exerce papel relevante na economia regional e nacional, mas a competitividade internacional do setor ainda carece de estratégias sustentáveis de valorização. A certificação florestal, especialmente pelo sistema FSC (Forest Stewardship Council), surge como ferramenta capaz de agregar valor social, ambiental e econômico às práticas de manejo florestal. Este trabalho teve como objetivo analisar o panorama atual das certificações florestais emitidas pelo FSC nos estados da Amazônia Legal. A metodologia adotada foi descritiva, com abordagem qualitativa e levantamento de dados documentais coletados no banco oficial do FSC. Foram identificados 610 registros, entre certificações válidas, suspensas e encerradas, com destaque para o estado do Pará, que concentrou o maior número de certificações ativas, seguido por Mato Grosso e Amazonas. Observou-se predominância das certificações do tipo Cadeia de Custódia (COC) e FM/COC, em contraste com o baixo número de certificações de Manejo Florestal (FM). Os resultados indicam que a certificação florestal ainda não está amplamente difundida na Amazônia Legal e enfrenta desafios significativos para sua implementação e manutenção, como altos custos, barreiras técnicas e ausência de incentivos governamentais.

Palavras-chave: gestão florestal, FSC, manejo sustentável, produtos florestais.

INTRODUÇÃO

O comércio mundial de produtos florestais desempenha um papel relevante na economia regional e nacional do Brasil, gerando empregos e fornecendo insumos para diversos setores produtivos (ABIMCI, 2022). Esta seara abrange todos os produtos, madeireiros e não madeireiros, originários de matérias-primas exploradas de florestas naturais e plantadas. Dentro desta área, a FAO indica que o Brasil tem sido um dos países de maior tradição na exploração de produtos florestais, destacando-se a borracha, a madeira, o mobiliário e o papel (Silva *et al.*, 2019). Porém, ainda carece de estratégias para o aumento da competitividade no exterior a fim de promover maiores possibilidades de ganhos (Silva *et al.*, 2013).

Nesse contexto, as certificações florestais destacam-se como um importante instrumento voluntário de cooperação, a fim de atribuir valor ambiental, social e econômico a práticas sustentáveis de manejo florestal e/ou de produtos florestais, a exemplo da FSC (*Forest Stewardship Council* – Conselho de Manejo Florestal) e da PEFC (*Program for the Endorsement of Forest Certification Schemes* – Programa para Reconhecimento dos Esquemas de Certificação Florestal), que são sistemas internacionais que normatizam e acreditam empresas certificadoras em diversos países do mundo (Virgilio *et al.*, 2002).

Em particular, na região amazônica, empresas certificadas enfrentam diversas dificuldades para o cumprimento de requisitos sociais, ambientais e técnicos exigidos pela norma de certificação (Silva *et al.*, 2016). Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar o panorama atual da certificação florestal pelos sistemas FSC e PEFC, especialmente na região amazônica. Parte-se da hipótese de que há estados amazônicos com potencial de produção florestal, mas a certificação florestal ainda é pouco difundida.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa, e foi desenvolvida a partir de fontes bibliográficas e documentais (Prodanov; Freitas, 2013). Os dados referentes às certificações florestais foram coletados no site oficial da FSC¹, utilizando os seguintes filtros para garantir a precisão dos resultados: a) Status da certificação: *Valid*, *Suspended* e *Terminated*; b) País: *Brazil*; c) Estados/Províncias: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins. A coleta abrangeu todos os registros disponíveis no sistema, independentemente do ano de emissão da certificação. No total, foram obtidos 610 registros. Além disso, as certificações analisadas incluíram os seguintes tipos: FM (*Forest Management*), CW/FM (*Controlled Wood/Forest Management*), COC (*Chain of Custody*) e FM/COC (*Forest Management/Chain of Custody*). Os

dados foram organizados e tratados no software Microsoft Excel, em que foram elaborados gráficos e tabelas para auxiliar na análise e interpretação das informações coletadas.

Os dados coletados pelo sistema PEFC demonstraram-se irrisórios para fins de análise, em comparação com o sistema FSC, na região amazônica, havendo apenas 21 registros, dos quais 18 deles estão ativos, enquanto 3 já foram encerrados. Portanto, este trabalho utilizou-se o sistema FSC como parâmetro de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os estados amazônicos analisados, o Pará destacou-se como líder absoluto em certificações florestais, com 119 certificações ativas, seguido pelo Mato Grosso (31), Amazonas (24), Maranhão (14), Amapá (11) e Rondônia (Figura 1c). Em contraste, estados como Roraima e Tocantins apresentaram números significativamente baixos, com nenhuma certificação válida registrada no período, o que reforça a hipótese de que a certificação florestal ainda não está amplamente difundida em todos os estados da Amazônia Legal.

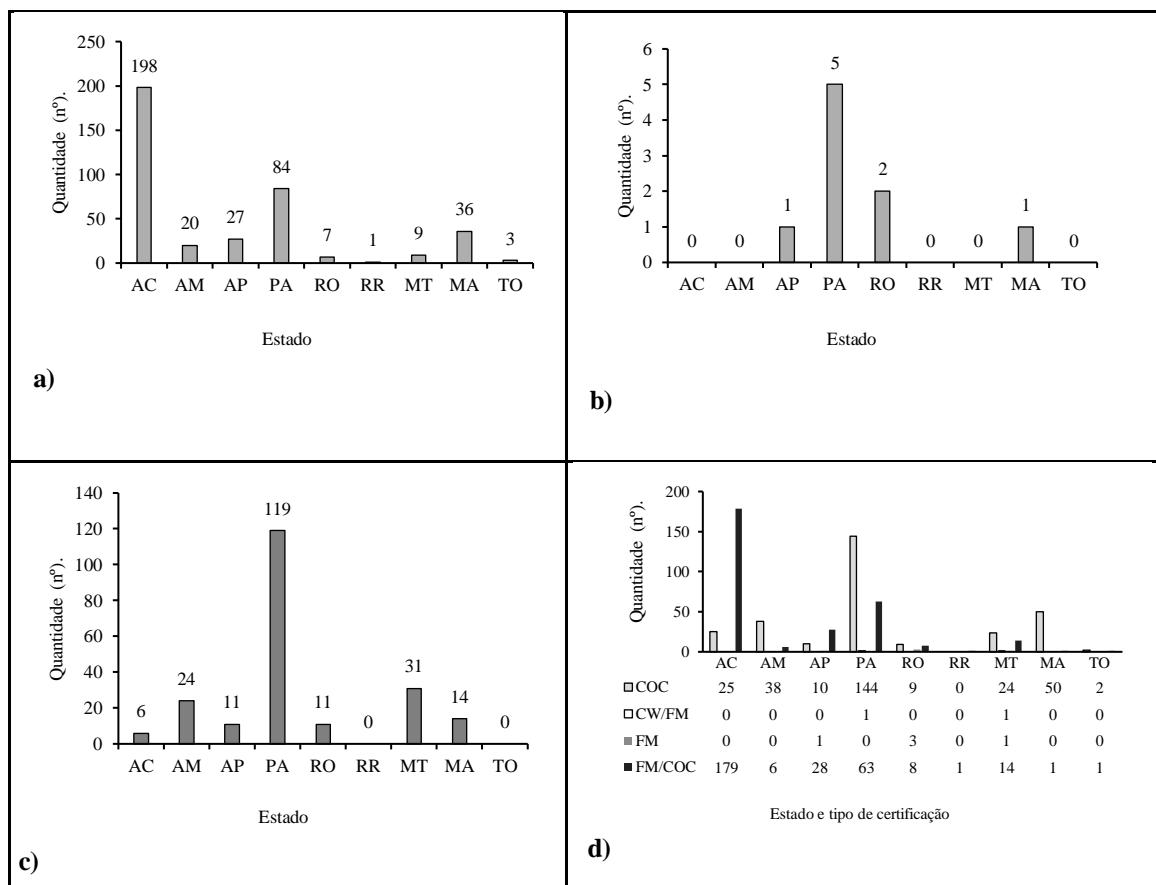


Figura 1. Quantidade de certificações nos estados amazônicos em 2025. Nota: **(a)** Certificações encerradas; **b)** Certificações suspensas; **c)** Certificações ativas; **d)** Certificações totais por tipo de certificação.

Além disso, os dados apontaram a predominância dos tipos COC e FM/COC, com, respectivamente, 302 e 301 certificações emitidas por esses dois tipos, representando aproximadamente 98% do total registrado. Por outro lado, os tipos FM e CW/FM corresponderam a apenas 5 e 2 certificações, respectivamente, no período analisado (Figura 1d). No Pará, por exemplo, das 208 certificações totais, 144 são do tipo COC, 63 do tipo FM/COC e apenas 1 do tipo CW/FM. Estados como Acre, Amazonas e Maranhão também apresentaram uma quantidade expressiva de certificações COC e FM/COC, enquanto o número de certificações FM permaneceu reduzido (Figura 1d). Esse resultado reforça estudos semelhantes sobre o predomínio das certificações da cadeia

¹Disponível em:

<https://app.powerbi.com/viewr=eyJrJoiN2U3NGMyNWEtZTAxNS00MzVhLWExNmMtOThhZjdiYjQ4MWNkIiwidCI6IjEyNGU2OWRiLWVmNjUtNDk2Yi05NmE5LTvKNTZiZWmxZDI5MSIsImMiOj19>

sobre o predomínio das certificações da cadeia de custódia, como o de Sanquette *et al.* (2022). Esse padrão indica que, embora exista interesse na rastreabilidade dos produtos florestais, ainda há barreiras para a implementação de práticas de manejo sustentável em larga escala na região amazônica. Isso sugere que o mercado de certificação na região amazônica está mais voltado para a rastreabilidade e controle da cadeia produtiva do que propriamente para a certificação do manejo sustentável das áreas florestais, o que pode estar relacionado às dificuldades operacionais e aos custos elevados para a obtenção da certificação de manejo florestal na Amazônia. Um estudo realizado por Olivério *et al.*, (2017), na empresa Eldorado, localizado no MS, destacou como uma das dificuldades da certificação o alto custo, pois dele decorrem diversos processos de adequação para manutenção do

selo e processos burocráticos, bem como a falta de incentivos governamentais para a obtenção da certificação.

Quanto às certificadoras, observou-se que poucas empresas concentram a maior parte das certificações ativas. Destacam-se a SCS e NEO, ambas com 74 certificações ativas e a IMA, com 49 certificações ativas (Tabela 2). Estudo realizado por Sanquette *et al.* (2022) confirma que a SCS e a IMA estão entre as certificadoras com maior número de certificações no Brasil. Em contrapartida, certificadoras como RINA, SQS, SA, SW, GFA, CU e APCER apresentaram participação residual, com número muito reduzido de certificações emitidas ou nenhuma certificação ativa registrada (Tabela 1). Vale também ressaltar que a certificadora RA apresentou 204 certificações encerradas, aproximadamente 33% dos registros (Tabela 2).

Tabela 1. Quantidade de certificações ativas por certificadoras nos Estados amazônicos em 2025.

Estado/Certificadora	APCER	CU	GFA	IMA	NEO	RA	RINA	SA	SCS	SQS	SW	TOTAL
AC	2	1	0	16	3	180	0	0	1	0	1	204
AM	1	3	0	10	2	2	11	0	6	1	8	44
AP	0	0	0	3	4	1	0	0	8	0	23	39
PA	8	9	0	38	53	16	2	1	75	0	6	208
RO	0	2	0	11	5	2	0	0	0	0	0	20
RR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MT	4	2	0	6	9	3	1	1	14	0	0	40
MA	31	4	0	1	14	0	0	0	0	0	1	51
TO	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
TOTAL	47	22	1	85	90	204	14	2	105	1	39	610

Tabela 2. Certificações ativas, suspensas e encerradas por certificadora.

Certificadora	Ativas	Suspensas	Encerradas
APCER	5	0	42
CU	4	1	17
GFA	0	0	1
IMA	49	2	34
NEO	74	4	12
RA	0	0	204
RINA	9	0	5
SA	1	0	1
SCS	74	2	29
SQS	0	0	1
SW	0	0	39

Por fim, a quantidade de certificações suspensas apresenta um número pequeno e pouco expressivo. Em contraste, as certificações encerradas mostram números elevados — como os 198 casos no Acre e 84 no Pará —, o que evidencia a dificuldade de manutenção dessas certificações ao longo do tempo (Figura 1b). Estudos realizados por Oliveira *et al.*, (2020) e Souza *et al.*, (2020) explicam que algumas das dificuldades para implementação das certificações está relacionado ao desconhecimento técnico de pequenas empresas e empreendedores, o que influencia em fatores como os custos de auditoria, concultoria, mudanças no mercado ou descumprimento de exigências legais e normativas.

CONCLUSÕES

A análise dos dados do sistema FSC revelou um panorama ainda incipiente da certificação florestal na Amazônia Legal, com forte concentração nos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas, enquanto unidades federativas como Roraima e Tocantins sequer apresentam certificações ativas. Observou-se a predominância das certificações do tipo Cadeia de Custódia (COC) e FM/COC, em detrimento das certificações voltadas diretamente ao Manejo Florestal (FM), indicando que o foco atual do mercado está mais voltado à rastreabilidade dos produtos do que à certificação das práticas de manejo em campo.

Esse padrão revela que, embora haja certo avanço no controle da cadeia produtiva, a adoção de práticas

sustentáveis de manejo em escala ainda enfrenta entraves significativos, como custos elevados, barreiras técnicas e ausência de políticas públicas de incentivo. O elevado número de certificações encerradas — sobretudo no Acre e no Pará — reforça as dificuldades de manutenção dessas certificações ao longo do tempo.

Adicionalmente, foi possível constatar uma alta concentração de certificações em poucas entidades certificadoras, especialmente a SCS, NEO e IMA, o que pode indicar um mercado pouco diversificado. O trabalho, portanto, evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à certificação, à capacitação técnica de pequenos empreendimentos e ao fortalecimento institucional para que a certificação florestal possa de fato contribuir para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE (ABIMCI). **Estudo setorial**. Curitiba: ABIMCI, 2022.

LENTINI, M.; SOBRAL, L.; VIEIRA, R. **Como o mercado dos produtos madeireiros da Amazônia evoluiu nas últimas duas décadas** (1998-2018). Piracicaba: Imaflora, 2020. (Boletim Timberflow, n. 2).

OLIVEIRA, Paulo André; OLIVEIRA, Natália Domingues de. Aspectos da certificação florestal sob as óticas do grande e do pequeno produtor florestal. In: **Jornada Científica E Tecnológica – Ix Jornacitec**, 2020.

OLIVÉRIO, G. L.; PIZELLA, D. G. As potencialidades e dificuldades para a certificação florestal “Forward Stewardship Council” (FSC): estudo de caso da empresa Eldorado Brasil. In: Congresso Brasileiro De Gestão Ambiental, 8., 2017, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (IBEAS), 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SILVA, R. P. *et al.* O comportamento das exportações brasileiras de produtos florestais e sua posição competitiva no mercado internacional no período de 1997 a 2011. **Revista de Economia**, v. 39, n. 1, p. 67-90, 2013.

SILVA, E. V. *et al.* Quais os principais desvios no manejo florestal da Amazônia brasileira perante a certificação? **Revista de Ciências Agrárias**, v. 59, n. 4, p. 383-400, 2016.

SILVA, M. L.; SCCOTT, C. R. C.; CORONEL, D. A. Padrão de especialização do comércio internacional do setor florestal brasileiro (1999 – 2015). **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 8, n. 15, 2019.

VIRGÍLIO, M. V. *et al.* Certificação Florestal. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2002.

SOUZA, N. D.; LEÃO, T. A.; DIAS JÚNIOR, A. F.; CARVALHO, A. M.; SILVA, E. V. Cumprimento dos requisitos da certificação FSC/CoC por indústrias moveleiras do Rio de Janeiro. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 30, n. 1, p. 18–28, jan./mar. 2020.

SANQUETTA, C. R.; MILDENBERG, C.; DIAS, L. M. S. M. Números atuais da certificação florestal no Brasil. **BIOFIX Scientific Journal**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2022.